



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Mensagem da Administração**  
 2013 foi um ano de forte crescimento da Smiles no mercado de fidelidade brasileiro. Realizamos de forma exitosa nossa abertura de capital na BM&FBOVESPA (SMLE3), com uma valorização da ordem de 50% em nosso primeiro ano independente como empresa gestora do programa de fidelidade da GOL Linhas Aéreas Inteligentes (GOL). Lançamos produtos inovadores (Clube Smiles, Compra e Reativação de Milhas, Transferência de Milhas, dentre outros) e fortalecemos nosso relacionamento com importantes parceiros financeiros e comerciais. Consolidamos nosso plano de negócios orientado por diretrizes estratégicas, tendo como base o foco no cliente.

No quarto trimestre entregamos um Lucro Líquido de R\$ 66,7 milhões (margem líquida de 35,6%), reflexo da atratividade do programa e de nosso modelo de negócios *asset light*. Alcançamos um Faturamento Bruto de R\$ 1,0 bilhão e um Lucro Líquido de R\$ 207,8 milhões em 2013.

Outro marco importante no desenvolvimento da nossa plataforma foi a parceria com PayPal, líder em soluções de pagamento online no mundo. A Smiles foi pioneira em oferecer este tipo de transação, permitindo que seus clientes transformem suas milhas acumuladas no Programa por um cartão pré-pago virtual para utilizar como forma de pagamento em todos os parceiros PayPal, inclusive internacionalmente.

Com apenas quatro meses atuando de maneira independente, antecipamos a distribuição de R\$ 37,1 milhões sob a forma de Dividendos e de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Adicionalmente propusemos em 4 de fevereiro de 2014, dividendos complementares de R\$ 160,3 milhões, totalizando uma remuneração de R\$ 197,5 referente ao ano de 2013, equivalente a um *payoff* de 95%. Encerramos o ano com uma geração de caixa de R\$ 382,7 milhões, incluindo aplicações financeiras.

Em dezembro de 2013, realizamos a incorporação da G.A. Smiles Participações S.A., cuja operação gerou ágio fiscal de R\$ 214,5 milhões, com benefício de R\$ 72,9 milhões, este último a ser capturado nos próximos cinco anos a partir de 2014.

Obtivemos importantes conquistas ao longo de 2013, transformamos o programa Smiles em uma inovadora plataforma de negócios. Continuamos entusiasmados com relação às oportunidades em nosso segmento de atuação e fortemente empenhados em executar nosso plano de negócios dentro das mais elevadas práticas de governança corporativa.

Neste ano, a Smiles voltou à mídia, com a assinatura "Quem vai com Smiles volta sorrindo", destacando as vantagens dos produtos diferenciados que oferecemos.

Agradecemos a todos que contribuíram para nosso sucesso inicial e reforçamos o comprometimento da Administração em manter a rentabilidade e atratividade do programa.

### Comentários do Desempenho

#### Desempenho Operacional

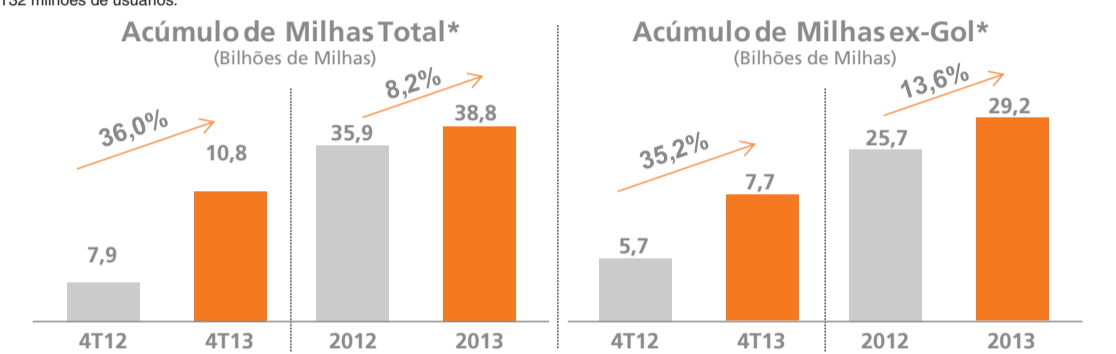
Dados Operacionais <sup>1</sup>	Unidade	4T13	3T13	4T12 <sup>2</sup>	4T13 vs. 3T13 (%)	4T13 vs. 4T12 (%)	2013	2012 <sup>2</sup>	2013 vs. 2012 (%)
<b>Participantes</b>	mil	9.700	9.527	9.026	1,8%	7,5%	9.700	9.026	7,5%
<b>Parcerias</b>	un	215	215	195	0,0%	10,3%	215	195	10,3%
<b>Acúmulo de Milhas<sup>2</sup></b>	mi	10.795	10.170	7.937	6,1%	36,0%	38.827	35.891	8,2%
Gol	mi	3.084	2.427	2.234	27,0%	38,0%	9.607	10.160	(5,4%)
Bancos, Varejo e Serviços	mi	7.711	7.743	5.703	(0,4%)	35,2%	29.220	25.731	13,6%
<b>Resgate de Milhas do Programa</b>	mi	7.691	8.684	7.027	(11,4%)	9,5%	30.737	26.318	16,8%
<b>Taxa de Breakage</b>	%	15,5%	15,2%	17,9%	0,3 p.p.	(2,4 p.p.)	15,5%	17,9%	(2,4 p.p.)
% Novas Milhas	%	63,2%	54,2%	0,0%	9,0 p.p.	63,2 p.p.	47,6%	0,0%	47,6 p.p.

<sup>1</sup> Todos os valores correspondentes a milhas estão líquidos de efeitos de reembolso. Os dados desta tabela não refletem informações contábeis. O acúmulo de milhas para 4T12 é referente ao Programa Smiles e para 2013 em diante representa o acúmulo na Smiles S.A. Os dados de 2012 não foram auditados.

<sup>2</sup> **Participantes:** O crescimento do número de participantes do programa foi de 7,5% e 1,8% em relação ao 4T12 e 3T13, respectivamente, atingindo 9,7 milhões de clientes ao final de 4T13.

**Parcerias e produtos:** O 4T13 apresentou um crescimento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, encerrando o ano com 215 parceiros comerciais.

Destaque para a implementação da parceria PayPal no 4T13, possibilitando ao cliente Smiles resgatar suas milhas em um cartão pré-pago virtual a ser utilizado como forma de pagamento em todos os parceiros da rede PayPal. O PayPal é o meio de pagamento online mais utilizado no mundo, com mais de 132 milhões de usuários.



**Acúmulo de Milhas:** Destaque para o forte crescimento de milhas emitidas pelos parceiros ex-Gol, variando 35,2% em relação ao 4T12. Também foi realizada forte campanha promocional com a GOL no trimestre refletindo no aumento de 38,0% em relação ao 4T12.

**Resgate de Milhas:** O resgate de milhas do programa Smiles apresentou crescimento de 9,5% em relação ao 4T12. O percentual de novas milhas, em relação ao resgate total do programa, passou de 54,2% no 3T13 para 63,2% no 4T13.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	154.243	-	Fornecedores	11	16.094	70
Aplicações financeiras	4	228.489	-	Obrigações trabalhistas	11	14.948	-
Contas a receber	5	49.637	-	Dividendos a pagar	16	12.247	-
Adiantamento a fornecedores	6	351.403	91.808	Obrigações fiscais	12	13.502	-
Impostos a recuperar	7	418	-	Adiantamento de clientes	13	167.759	91.808
Despesas antecipadas	7	105	70	Receita diferida	14	119.669	-
Créditos com empresas relacionadas	8	48.990	-			344.120	91.878
Outros créditos e valores		831	-	<b>Não circulante</b>			
		834.116	91.878	Adiantamento de clientes	13	3.645	-
<b>Não circulante</b>				Provisões para processos judiciais	15	104	-
Tributos diferidos	7	77.308	-	Receita diferida	14	267.225	-
Adiantamento a fornecedores	6	1.031.423	-			270.974	-
Imobilizado		1.137	-	<b>Patrimônio líquido</b>	16	1.132.174	-
Intangível		166	-	Capital social		(36.402)	-
		1.110.034	-	Custo com emissão de ações		72.942	-
				Reservas de capital		72.942	-
				Reservas de lucros		10.392	-
				Reservas de lucros		148.102	-
				Dividendo adicional proposto		1.848	-
				Remuneração baseada em ações	9	1.848	-
						1.329.056	-
						1.944.150	91.878
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.944.150</b>	<b>91.878</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.944.150</b>	<b>91.878</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Reserva de capital							Total
	Nota	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Custo com emissão de ações	Remuneração baseada em ações acumuladas	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>								
Aumento de capital em 02 de maio de 2013	16	1.006.377	-	-	-	-	-	1.006.377
Aumento de capital em 10 de maio de 2013	16	125.797	-	-	-	-	-	125.797
Custo com emissão de ações	16	-	-	-	-	(36.402)	-	(36.402)
Opção de compra de ações	9	-	-	-	-	-	1.848	1.848
Acevo líquido incorporado	1	-	72.942	-	-	-	13	72.955
Lucro líquido do exercício							207.844	207.844
Reserva legal	16	-	-	10.392	-	-	-	10.392
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	16	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por antecipação	16	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	16	-	-	-	148.102	-	-	(148.102)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>1.132.174</b>	<b>72.942</b>	<b>10.392</b>	<b>148.102</b>	<b>(36.402)</b>	<b>1.848</b>	<b>1.329.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Smiles S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de junho de 2012, inicialmente sob a denominação Santa Angélica Empreendimentos e Participações S.A., é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras. Em 27 de junho de 2012, a Companhia foi adquirida por seu valor nominal pela Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("GLAI"), uma sociedade listada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova Iorque. A Companhia tem por objeto social, no âmbito do programa de fidelização de clientes, realizar essencialmente: (a) o desenvolvimento e o gerenciamento do programa; (b) a comercialização de direitos de resgate de prêmios e (c) a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. As operações da Companhia iniciadas a partir de 2013 decorreram da transferência do programa de fidelização denominado Smiles ("Programa Smiles") para a Smiles S.A. O Programa Smiles é administrado pela VRG Linhas Aéreas S.A. ("VRG") controlada integral da GLAI. O Programa Smiles consiste na concessão de créditos de milhas aos participantes para utilização no resgate de prêmios, principalmente passagens aéreas. Com o objetivo de viabilizar a transferência das operações, foram assinados diversos contratos com a GLAI e VRG os quais estão descritos na nota explicativa nº 8. As milhas emitidas pelo Programa Smiles são essencialmente vendidas: (a) à VRG que entrega aos passageiros participantes do programa de fidelidade Smiles; (b) às instituições financeiras que entregam a seus clientes de acordo com os gastos com cartão de crédito; (c) aos clientes de varejo e entretenimento; (d) aos parceiros aéreos; e (e) às pessoas físicas. Em 25 de abril de 2013, a Companhia concluiu o processo de oferta pública de distribuição primária de suas ações ordinárias. Neste contexto houve a emissão de 52.173.912 ações ordinárias ao preço de R\$21,70 reais por ação, resultando em um aumento do capital social de R\$1.132.174, aprovado na mesma data pelo Conselho de Administração. O custo total da emissão de títulos para oferta pública de ações apurado pela Companhia, líquido dos efeitos fiscais diferidos, foi de R\$36.402 e encontra-se registrado no patrimônio líquido na rubrica de "custo com emissão de ações". Em 08 de outubro de 2013, a Companhia assinou o acordo de investimento para aquisição de 25% do capital social da Netpoints, que atua no segmento de programa de fidelização de clientes de grandes redes varejistas. Em 21 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação, viabilizando assim a conclusão do acordo. O pagamento para a aquisição de 25% no montante de R\$25.000 ainda não havia sido realizado até a data de aprovação destas demonstrações financeiras. A transação também prevê a opção de aquisição total de 50% mais uma ação da Netpoints, a qual poderá ser exercida após o término do exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorporou sua acionista, não controladora, G.A. Smiles Participações S.A. com o objetivo de simplificar e modernizar sua estrutura societária. A incorporação foi realizada pelo valor contábil de seu patrimônio em 31 de dezembro de 2013, sendo que a operação não deu origem a um aumento de capital social e/ou emissão de novas ações. O ágio total gerado na operação de R\$ 214.534 deu origem a um crédito fiscal de R\$ 72.942, tendo como contrapartida a reserva especial de ágio no patrimônio líquido registrado no ato da incorporação e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária. O laudo de avaliação da G.A. Smiles Participações S.A. na data-base de incorporação estava assim apresentado:

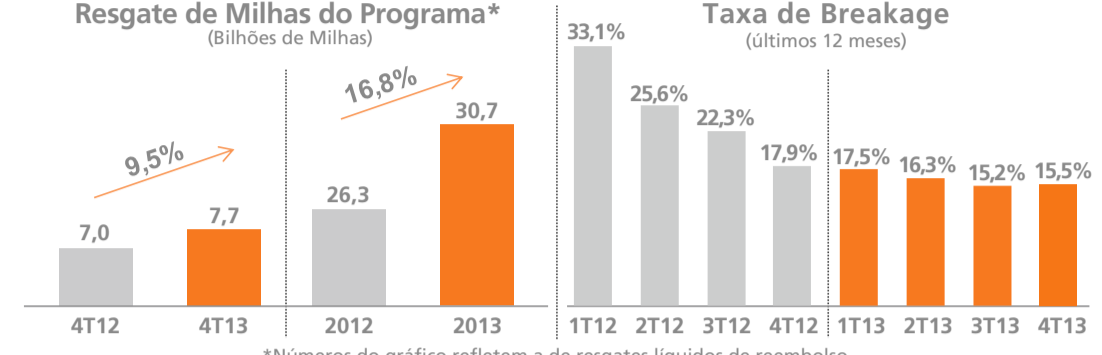
<b>Benefício fiscal</b>	72.942
Ativos incorporados	429
Passivos assumidos	(416)
<b>Acevo líquido incorporado</b>	<b>72.955</b>

#### 2. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 04 de fevereiro de 2014. A Companhia tem sua sede, foro e domicílio na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, na Alameda Rio Negro, 585, Edifício Paduaui, Bloco B, 2º Andar, Alphaville, Industrial, 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 2.2. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras da Companhia estão de acordo com o *International Accounting Standards ("IAS")* nº 1, correspondente à norma contábil brasileira CPC 26 (R1) que trata das demonstrações contábeis. As atividades operacionais da Companhia foram iniciadas a partir do dia 01 de janeiro de 2013 conforme nota explicativa nº 1 e, por esta razão, não há informações comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para a demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São classificados nesse grupo os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, que possuem alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante de caixa e possuem um risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao valor justo por meio do resultado. **b) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras correspondem a títulos com vencimentos acima de 90 dias e risco de mudança de valor, mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c) Despesas antecipadas:** Representam pagamentos antecipados cujos benefícios à Companhia ocorrerão em momento posterior à data do balanço, obedecendo aos critérios de segregação entre ativo circulante e não circulante. **d) Contas a receber:** São mensuradas com base no custo (líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há evidência de que a Companhia não irá receber os montantes que estão vencidos há mais de 90 dias, de acordo com os termos estipulados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, calculado mediante análise de riscos e análise histórica da recuperação dos valores em

Dados Operacionais <sup>1</sup>	Unidade	4T13	3T13	4T12 <sup>2</sup>	4T13 vs. 3T13 (%)	4T13 vs. 4T12 (%)	2013	2012 <sup>2</sup>	2013 vs. 2012 (%)
<b>Resgate de Milhas do Programa<sup>2</sup></b>	mi	7.691	8.684	7.027	(11,4%)	9,5%	30.737	26.318	16,8%
Resgates Smiles & Money	mi	327	320	631	2,3%	(48,2%)	1.186	2.420	(51,0%)
Resgates 100% milhas	mi	7.364	8.365	6.396	(12,0%)	15,1%	29.551	23.898	23,7%
<b>Quantidade de Produtos Resgatados</b>	mi	898	1.080	755	(16,8%)	18,9%	3.951	3.527	12,0%
Resgates Smiles & Money	mi	211	178	193	18,6%	9,3%	742	843	(12,0%)
Resgates 100% milhas	mi	687	902	562	(23,8%)	22,2%	3.209	2.684	19,6%
<b>Milhas Médias por Produto</b>	un	8.563	8.043	9.302	6,5%	(7,9%)	7.780	7.461	4,3%
Resgates Smiles & Money	un	1.548	1.795	3.267	(13,7%)	(52,6%)	1.599	2.870	(44,3%)
Resgates 100% milhas	un	10.719	9.277	11.376	15,5%	(5,8%)	9.209	8.903	3,4%

<sup>1</sup> Todos os valores correspondentes a milhas estão líquidos de efeitos de reembolso. Segregação entre resgates Smiles & Money e 100% milhas não auditadas.  
<sup>2</sup> Os valores de resgate de milhas representam os resgates referentes às milhas novas e do legado. Os dados de 2012 não foram auditados.



**Breakage:** O quarto trimestre apresentou taxa de breakage de 15,5%, uma variação de 0,3 p.p. em relação ao 3T13.

**Modelo de Negócios**  
 A Smiles iniciou suas atividades com um programa individual de fidelização, mas evoluiu em direção ao modelo atual, tornando-se um modelo de coação com algumas características singulares, que permitem o acúmulo e resgate de Milhas em voos da GOL e suas parceiras aéreas internacionais, bem como nos principais bancos comerciais brasileiros, incluindo os cartões *co-branded* emitidos pelo Bradesco e o Banco do Brasil, além de ampla rede de parceiros de varejo. O modelo atual funciona através (i) do acúmulo de Milhas pelo Participante quando da aquisição de passagens aéreas da GOL ou de outras companhias aéreas parceiras, ou produtos e serviços dos Parceiros Comerciais e financeiros, que adquirem estas milhas do Smiles como forma de fidelização de seus clientes, e (ii) do resgate de Prêmios pelo Participante quando da troca de suas Milhas por passagens aéreas da Smiles e de outras companhias aéreas parceiras ou ainda por produtos e serviços dos Parceiros Comerciais e financeiros.

As principais fontes de receita da Companhia advêm (i) da receita de milhas resgatadas, representado por passagens e prêmios em sua rede de parceiros aéreos, comerciais e financeiros, (ii) da receita de juros decorridos entre a data de acúmulo e resgate das milhas e (iii) da receita de *Breakage*, caso estas milhas emitidas expressem sem serem resgatadas.

**Parcerias e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras:** Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, review e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. **Parceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Parcer dos Auditores Independentes:** Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, review e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

**Estimativa Breakage** - Milhas vendidas e não resgatadas, podendo ser expresso como número de milhas, número em Reais ou como percentagem das milhas emitidas, conforme aplicável ao contexto.

**Burn/earn ratio** - É a relação entre a quantidade de milhas resgatadas e a quantidade de milhas acumuladas para determinado período.

**Free Float** - Ações pertencentes aos acionistas não controladores.

**Milhas** - O direito de resgate dos Participantes do Programa Smiles comercializado com os Parceiros Comerciais.

**Milhas do legado** - Milhas acumuladas antes do spin-off do Programa.

**Novas Milhas** - Milhas acumuladas após o spin-off do Programa.

**Passagens-Prêmio** - Passagens aéreas entregues ao Participante como resultado do resgate de Milhas.

**Payoff** - Percentual de lucros líquidos atribuídos pela empresa distribuídos através de proventos.

**PLR** - Participação nos Lucros e Resultados.

**Prêmios** - Produto ou serviço entregue ao Participante por um parceiro comercial como resultado do resgate pelo Participante de Milhas de programas de fidelização de clientes.

**Produtos Prêmio** - Produto ou serviço entregue ao Participante por um parceiro comercial como resultado do resgate pelo Participante de Milhas de programas de fidelização de clientes, que não as passagens aéreas.

**Programa Smiles** - Programa de multifidelização para diversas companhias, incluindo a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.



—\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo de resgate de prêmios) e aquisições de insumos, energia e serviços de terceiros (incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **m) Custo com emissão de títulos patrimoniais:** Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais. **n) Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para a definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que os resultados deacionais são regularmente revisados pelos administradores e relatórios internos são utilizados para a tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, a conclusão é de que a Companhia opera em um único segmento operacional de prestação de serviços de fidelização de clientes. **o) Normas e interpretações novas e revisadas em 2013:** *i. Novas normas, interpretações e revisões emitidas e adotadas em 2013:*

Prontuário	Descrição	Aplicável
	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	1º de janeiro de 2013
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Negócios conjuntos	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
	Apresentação dos Itens de	
Modificações à IAS 1	Outros Resultados Abrangentes	1º de julho de 2012
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013

As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no exercício. Os impactos resultantes da mudança não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia. • Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordo de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011). A IFRS 10 aprovada pela Companhia, uma vez que trata as operações de demonstrações financeiras consolidadas. As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir: a) A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi revogada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. b) A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em "Joint Ventures". A IFRS 11 aborda com um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. A SIC 13 - "Joint Ventures" - Contribuições Não Monetárias de Investidores foi revogada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou "joint ventures", conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. c) A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordo de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Não houve impactos decorrentes da adoção das normas IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros, para os quais outras IFRS exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. A IFRS 13 é aplicável a exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não houve impactos decorrentes da adoção desta norma sobre as demonstrações financeiras da Companhia. • As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em demonstrações separadas e consolidadas. A IFRS 12 exige divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (i) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (ii) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. As modificações à IAS 1 são aplicáveis a exercícios anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Não houve impactos decorrentes da adoção desta norma sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não há resultados abrangentes registrados no exercício. • As modificações à IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram e, portanto, a eliminação da "abertura de crédito" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações à IAS 19 são efetivas para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa, exceto em determinadas circunstâncias. A IFRS 19 não possui opções que possam ser impactadas pelas modificações à IAS 19. *ii. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:* A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir:

Modificações às IFRS	Entidades de Investimento	1º de janeiro de 2014
10, 12 e IAS 27	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	1º de janeiro de 2014
Modificações à IAS 32	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2015
IFRS 9	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	1º de janeiro de 2015

A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. De acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao longo de seus períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IFRS 9 tenham um efeito significativo sobre as divulgações de suas demonstrações financeiras. • As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve: i. obter recursos de um investidor que se qualifica para compensação. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. O CFC e o CPC assumiram o compromisso de emitir novas normas assim que emitidas pelo IASB e revisar e atualizar todos os documentos emitidos, a fim de manter as práticas contábeis brasileiras totalmente em conformidade com as normas internacionais para fins de elaboração e de apresentação das demonstrações financeiras individuais das empresas brasileiras (com a exceção comentada até que legalmente seja possível a convergência completa ou até que exista mudança por parte do IASB). A Companhia pode aplicar uma nova IFRS, ainda não obrigatória, somente quando essa IFRS permitir sua aplicação antecipada, porém condicionada à aprovação de pronunciamento correlacionado pelo CPC e pela CVM. **p) Adoção antecipada da Medida Provisória 627/13:** A Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária estabelecida nos arts. 15 e 16 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, uma vez que ocorreram pagamentos de dividendos até a data da publicação da referida Medida, com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia optará pela adoção antecipada acima mencionada, tão logo disponibilizados e normatizados os procedimentos para essa adoção. Assim, também, estará garantida a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Medida Provisória nº 627, para fins de cálculo do limite previsto no art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995, o que diz respeito aos efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprio. No que se refere aos valores relativos a dividendos pagos ou a pagar após a publicação da referida Medida relacionados ao resultado apurado do exercício de 2013, a Administração da Companhia concluiu que serão superiores aos que seriam apurados em consonância com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 e, portanto, a parcela excedente estará sujeita ao imposto de renda retido na fonte para pagamentos a beneficiários enquadrados como pessoa física e residentes e/ou domiciliados no exterior. A Administração da Companhia continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	1.337
Equivalentes de caixa	152.906
	154.243

Os saldos classificados como equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimento	106.127
Títulos privados	46.779
	152.906

Em 31 de dezembro de 2013, os fundos de investimento eram por títulos privados de CDB's (Certificados de Depósitos Bancários), LFT's (Letras Financeiras do Tesouro) remunerados à taxa média ponderada de aproximadamente 99,00% do CDI. A tesouraria Smiles investe em Operações Compromissadas, com liquidez imediata e remuneradas aproximadamente 75,00% do CDI, com prazo de 30 dias. A Companhia não possui saldos em moeda estrangeira.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras no montante de R\$228.489 são representadas por Fundos de Investimentos, compostos essencialmente por Títulos Privados, LTN's e operações compromissadas com lastro, principalmente, em NTN-F (Notas do Tesouro Nacional - Série F) e NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B). São remunerados à taxa média ponderada de aproximadamente 99,00% do CDI.

### 5. CONTAS A RECEBER

31/12/2013	31/12/2012
Parceiros não aéreos	29.174
Companhias aéreas parceiras	14.373
Administradoras de cartões de crédito	6.385
	49.932
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.637

Das transações com parceiros não aéreos, R\$17.851 são representados basicamente pela venda de milhas a instituições financeiras. Do saldo total de transações com companhias aéreas parceiras, R\$10.028 referem-se à venda de milhas e R\$671 cobrança de taxa de administração do programa Smiles para a VRG, conforme nota explicativa nº 8. A totalidade das contas a receber é denominada em reais. A composição das contas a receber por idade de vencimento é demonstrada a seguir:

31/12/2013	31/12/2012
A vencer	48.916
Até 30 dias	425
Vencidas	238
Até 30 dias	58
De 31 até 60 dias	272
De 61 até 90 dias	23
De 91 até 180 dias	49.932
Acima 181 dias	23
Total	49.932

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013 é representada pelo valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima. A Companhia realizou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os títulos vencidos acima de 90 dias, conforme mencionado nas práticas contábeis. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	(932)
Adições	637
Recuperações	(295)
Saldo no final do exercício	(590)

### 6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

A Companhia firmou em 10 de maio de 2013 o segundo contrato de compra antecipada de passagens aéreas com sua coligada VRG. Com base neste contrato, a Companhia adquire mensalmente passagens aéreas da VRG com a taxa de desconto condicional sobre o custo das passagens com base no CDI, cujo contrato, inicialmente, está com prazo de validade de 12 meses, com a primeira data de vencimento do montante total transacionado em até 04 anos contados da data da assinatura do contrato.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de adiantamento para compra de passagens era de R\$351.403 (R\$91.808 em 31 de dezembro de 2012) classificados no ativo circulante e R\$1.031.423 classificados no ativo não circulante.

### 7. IMPOSTOS A RECUPERAR E TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos a Recuperar - curto prazo: O imposto a recuperar no montante R\$418 é proveniente da incorporação da GA Smiles Participações S.A. e refere-se ao imposto retido na fonte sobre juros de capital próprio. b) Impostos Diferidos - longo prazo:

31/12/2013	31/12/2012
Forneceadores e outras provisões	3.700
Outras diferenças temporárias	666
Benefício fiscal pela incorporação do ágio (*)	72.942
	77.308

**Total do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**  
A Companhia deduziu da apuração do imposto de renda e contribuição social corrente referente ao custo com emissão de ações no montante de R\$18.753 do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido, conforme CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. (\*) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorporou sua acionista minoritária G.A. Smiles Participações S.A. O ágio, de acordo com os critérios fiscais, gerado pela G.A. Smiles Participações S.A. na aquisição da participação de 15,08% da Smiles S.A. foi de R\$214.534. Consequentemente tal operação deu origem ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$72.942, que será liquidado proporcionalmente à sua utilização em 5 anos, conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 09 R1 (Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial). Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido foram baseadas nas projeções dos lucros tributários levando em consideração as premissas adotadas para a preparação do plano de negócios de longo prazo, além de diversas premissas financeiras, de negócios e fatores internos e externos, consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas podem estar sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A Administração considera que o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias registrados em 31 de dezembro de 2013 serão realizados na proporção da realização das respectivas provisões. A expectativa para realização dos créditos fiscais diferidos é como segue abaixo:

2014	18.956
2015	14.588
2016	14.588
2017	14.588
2018	14.588
	77.308

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado são reconciliados à alíquota combinada como segue:

31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	309.398
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(105.195)
<b>Ajustes para o Cálculo da Alíquota Efetiva:</b>	
Despesas não dedutíveis	(3.845)
Juros sobre o capital próprio	6.218
Incentivos fiscais	1.268
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(101.554)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(87.167)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(14.387)
Taxa efetiva	33%

### 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas da Companhia são representadas substancialmente por contratos de compra de passagens e venda de milhas e prestação de serviços vigentes com a VRG conforme sumariado a seguir: **i. Contrato operacional:** Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia, a VRG e a GLAI assinaram um contrato a fim de regular seu relacionamento operacional e comercial e as características de exclusividade relativas ao Programa Smiles, que é o programa exclusivo de fidelização de clientes da VRG. O contrato também especifica as características da exclusividade da VRG como parceiro da Companhia no segmento aéreo e estabelece as diretrizes que orientarão a administração do programa pela Companhia. O prazo de duração do contrato é de 20 anos a contar da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente por períodos sucessivos de 5 anos, caso a Companhia, a VRG ou a GLAI não se manifestem em sentido contrário, com, no mínimo, 2 anos de antecedência do término do prazo de duração. A Companhia cobra mensalmente da VRG uma taxa de administração do programa de relacionamento, que é calculada, a partir de 2014, sobre o faturamento bruto de venda de milhas para a VRG do ano anterior, corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A medida que o faturamento bruto da Companhia aumenta, esse fator decresce na proporção estabelecida no contrato. Para o ano 2013, a taxa de administração estabelecida é de 6% e o valor reconhecido no resultado em 31 de dezembro de 2013 na rubrica "outras receitas operacionais" foi de R\$7.110, conforme nota explicativa nº 17. O saldo a receber da coligada VRG em 31 de dezembro de 2013 é de R\$671, conforme nota explicativa nº 5. A Companhia possui parceria com empresas, que realizam a troca de milhas por diversos produtos, para serem entregues a seus clientes. Parte desse valor, que é cobrado da Companhia pelos parceiros, é repassado à sua coligada VRG, o saldo em 31 de dezembro de 2013 registrado na rubrica "Créditos com empresas relacionadas" é R\$ 395. **ii. Contrato de compra de passagens aéreas e venda de milhas:** Este contrato estabelece os preços e as condições para a compra de milhas pela VRG emitidas pela Companhia, e para a compra de passagens aéreas pela Companhia da VRG. Seu prazo de duração é de 20 anos a contar da data de sua assinatura (28 de dezembro de 2012), sendo renovável automaticamente por períodos sucessivos de 5 anos, caso a Companhia, a VRG ou a GLAI não se manifestem em sentido contrário, com, no mínimo, 2 anos de antecedência do término do prazo de duração. Adicionalmente, a VRG deve repassar valores recebidos pela parcela Money das milhas comercializadas na modalidade Smiles&Money, que são depositadas na conta-corrente desta coligada, mas que referem-se a receitas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo líquido a receber da coligada VRG referente ao repasse de venda de milhas realizadas com companhias congêneres e fiscais é de R\$53.345 registrado na rubrica "Créditos com empresas relacionadas", com prazo médio de liquidação de 30 dias. O saldo a pagar, a coligada VRG referente ao repasse de valor cobrado de vendas de milhas da Companhia às congêneres, é de R\$5.120. Até 31 de dezembro de 2013, o total de milhas vendidas à VRG foi de 9.608.958,462, representando o montante de R\$117.461 e o total de passagens adquiridas junto à VRG foi de 8.321.236, representando o montante de R\$279.131 líquidos dos impostos recuperáveis. O saldo a receber referente às milhas vendidas em 31 de dezembro de 2013 é R\$10.028 conforme nota explicativa nº 5. **iii. Planos de remuneração baseada em ações:** A Companhia possui Planos de Remuneração Baseada em Ações que foram outorgadas em benefício aos funcionários da sua coligada VRG. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou um montante de R\$332 e encargos trabalhistas no montante de R\$38, ambos registrados na rubrica "créditos com empresas relacionadas", conforme nota explicativa nº 9. As transações com partes relacionadas descritas acima estão sumariadas a seguir:

31/12/2013	31/12/2012
Contrato operacional (i)	395
Repasse de venda de milhas (ii)	53.345
Plano de opção de compra de ações (iii)	370
	54.110

**Passivo**  
Repasse de venda de milhas (ii) (5.120) (5.120) 48.990

**Créditos com Empresas Relacionadas**  
**iv. Contrato de prestação de serviços:** Sob os termos do Contrato de prestação de serviços assinado em 28 de dezembro de 2012, a VRG forneceria à Companhia determinados serviços administrativos para os quais a Companhia pagará uma quantia mensal fixa por cada grupo de serviços, sujeita à renegociação anual, com vigência de 36 meses, podendo ser cancelado por qualquer uma das partes com notificação prévia com antecedência mínima de 120 dias. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu uma despesa total referente a esses serviços no montante de R\$18.292 sendo R\$13.354 registrado na rubrica "despesa comercial" e R\$ 4.938 na rubrica "despesa administrativa". Nesse total, R\$1.513 compõem o saldo da rubrica "forneceadores" registrado no passivo circulante. **v. Contrato de locação de bens móveis e outras vantagens:** Com duração até 28 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogável por meio de aditivo entre as partes, esse contrato consiste na locação dos bens móveis de infraestrutura de propriedade da VRG pela Companhia. O contrato prevê pagamentos mensais pela locação desses bens e, no caso de atraso, os pagamentos em aberto estão sujeitos à multa e a juros de mora. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu uma despesa total referente a esses serviços no montante de R\$70. **vi. Contrato de cessão de marcas e nomes de domínio:** A VRG cedeu, em caráter definitivo e não oneroso, o direito de utilização e exploração das marcas e dos nomes de domínios "Smiles" para a Companhia. **vii. Remuneração do pessoal-chave da administração:**

31/12/2013	31/12/2012
Salários e benefícios	12.178
Encargos sociais	261
Remuneração baseada em ações	1.202
	13.741

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

### 9. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

**Plano de opção de compra de ações - Smiles:** Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o plano de opção de compra de ações ("plano de opções"), que consiste na remuneração adicional de seus administradores. Em 08 de agosto de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.058.043 opções de compra de ações referentes ao plano de opções, das quais 260.020 foram outorgadas em benefício aos funcionários da sua coligada VRG. Tal plano visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e a produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo. O plano atua para atrair e reter administradores-chave e talentos estratégicos, vinculando parte significativa de seu patrimônio ao valor da Companhia. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes. A volatilidade esperada das opções baseia-se na volatilidade histórica de 252 dias úteis do Índice Bovespa. As demais premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

Plano de Opção de Compra de Ações		Valor Justo	Volatilidade	Divi-	Taxa de	Duração	
Data do Reunião do Conselho	Total de Opções	Preço de Exercício	na Data da Estimada	dendo	Retorno da	Opção	
Ano da Opção	de Administração	Outor-gadas	da Opção (em Reais)	Concessão (em Reais)	do Preço da Ação	Espe-rado de Risco (em Anos)	
2013	08/08/2013	1.058.043	21,70	4,84	35,35%	6,95%	7,40%
(a)	O valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de 2013 foi de R\$4,84, R\$4,20 e R\$3,72 para os períodos de vesting de 2013, 2014 e 2015 respectivamente.						

Em 31 de dezembro de 2013 não há opções exercíveis para este plano. Adicionalmente, através de sua controladora GLAI, a Companhia possui o Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Ações Restritas concedidos a alguns executivos que foram transferidos da VRG em 01 de janeiro de 2013. Consequentemente, as despesas remanescentes relacionadas a tais planos passaram a ser apropriadas no resultado da Companhia. As quantidades outorgadas pelos planos aos executivos transferidos são sumariadas abaixo:

Plano de Opção de Compra de Ações - GLAI		Opções Exercíveis	Valor Justo
Ano da Opção	Intervalo de Preços de Exercício	Opções em Circulação	Preço Médio de Exercício
2013	10,52 - 27,83	1.058.043	21,70
2012	12,81 - 14,12	1.127	9,12
	10,52-27,83	278.711	7,5
			22,06
			271.856
			22,29

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

Opções em Circulação		Preço Médio Ponderado de Exercício
Opções em circulação (transferidas) em 31 de dezembro de 2012	298.292	22,44
Opções canceladas e ajustadas na estimativa de direitos perdidos	(6.380)	(27,63)
<b>Opções em Circulação em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>278.711</b>	<b>22,06</b>
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	253.596	22,71
<b>Quantidade de Opções Exercíveis em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>271.856</b>	<b>22,29</b>

**Plano de Ações Restritas - GLAI**  
Ano da Ação 2012 2013  
Total de Ações Outorgadas 37.139 9,70  
Valor Justo Médio da Ação na Data da Concessão 10 10

A movimentação das ações restritas existentes em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

Total de Ações		Preço Médio Ponderado de Exercício
Opções em circulação (transferidas) em 31 de dezembro de 2012	43.519	22,44
Opções canceladas e ajustadas na estimativa de direitos perdidos	(6.380)	(27,63)
<b>Ações Restritas em Circulação em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>37.139</b>	<b>22,06</b>
Quantidade de ações transferíveis em 31 de dezembro de 2012	34.506	24,759
<b>Quantidade de Ações Transferíveis</b>		



Smiles S.A.

CNPJ 15.912.764/0001-20



\* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 está identificada a seguir:

Table with 3 columns: Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado, Mensurados ao Custo Amortizado, and dates 31/12/2013 and 31/12/2012.

Ativo

Caixa e depósitos bancários
Equivalentes de caixa
Aplicações financeiras
Contas a receber
Créditos com partes relacionadas
Outros créditos e valores

1.337
152.906
228.489
49.637
48.990
831

Passivo

Fornecedores

16.094

Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou valor justo. Para instrumentos mensurados pelo custo amortizado, o seu valor contábil aproxima-se do seu valor justo devido à sua natureza e ao seu vencimento de curto prazo. A gestão dos instrumentos financeiros feita pela Administração tem uma diretriz formal, em consonância com a Política de Gestão de Riscos da controladora GLAI, determinada periodicamente pelo Comitê de Políticas Financeiras e de Riscos e submetida ao Conselho de Administração da GLAI. O Comitê estabelece as diretrizes e os limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de cobrir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros. Riscos: As atividades operacionais expõem a Companhia aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e taxa de juros), risco de crédito e de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar o seu desempenho financeiro. As decisões da Companhia sobre a parcela de exposição a ser protegida contra riscos financeiros, tanto para exposição cambial quanto para exposição de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia não realizou nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos. a) Riscos de mercado: i) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia estão expostos às flutuações nas taxas de juros sobre a receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo. A Companhia não possui derivativos contratados para proteção de fluxo de caixa contra flutuações nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2013. ii) Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto). As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas. Adicionalmente, a Companhia deve apresentar em sua análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros os riscos que podem gerar prejuízos materiais direta ou

indiretamente considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM 475/08: • O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia e referenciado por fonte externa independente; • O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e • O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros. Os únicos instrumentos financeiros expostos a risco de variação que a Companhia possui correspondem às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundo de investimento, classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia avaliou seus instrumentos financeiros não derivativos, considerando o impacto sobre os juros trimestrais dos valores expostos em 31 de dezembro de 2013, proveniente de oscilações nas taxas de juros conforme os cenários demonstrados a seguir: O cenário provável adotado pela Companhia é o de manutenção dos níveis de mercado.

Table with 5 columns: Instrumento, Risco, Valores Expostos, Cenário Adverso Possível 25%, and Cenário Adverso Remoto 50%.

(\*) Esses valores representam o montante estimado de redução de ganho, face aos cenários adversos apresentados acima. b) Riscos de crédito: O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários. O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da Companhia, e também por contas a receber com parceiros aéreos e parceiros não aéreos. Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos, para os clientes mais relevantes, das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo de "investment grade" na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's. c) Risco de liquidez: Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos excedentes em ativos líquidos, basicamente representado por CDBs e operações compromissadas. A Companhia mantém forte dependência de sua coligada VRG e de instituições financeiras que, juntas, representam a quase totalidade das suas fontes de faturamento e receita da Companhia. Uma eventual redução na venda de milhas a qualquer dos principais parceiros ou o rompimento da relação comercial pode acarretar em eventos adversos que poderão impactar significativamente os resultados da Companhia. d) Gerenciamento de Capital: A Companhia apresenta comprometimento para a manutenção da liquidez elevada, além de assegurar a continuidade da operação ao longo do tempo, proporcionando aos seus acionistas uma forte base de capital, assim como retorno de benefícios a outras partes interessadas. Os recursos disponíveis são suficientes para o atendimento das exigibilidades atuais. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentava alavancagem financeira. e) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: Visando atender às exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia faz o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

a) Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos; b) Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e c) Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2013:

Table with 3 columns: Instrumento Financeiro, Valor Contábil, and Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2).

21. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013, as principais coberturas de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Table with 2 columns: Modalidade and R\$. Rows include Fiança Locatícia (local Luigi Galvani), Fiança Locatícia (Cond. Rio Negro - Alphaville), Responsabilidade Civil, and Incêndio (Seguro Patrimonial).

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Em dezembro de 2013, a Companhia incorporou sua acionista G.A. Smiles Participações S.A., sem dar origem a qualquer aumento de capital social e/ou emissão de novas ações. O crédito fiscal de R\$ 72.942 teve como contrapartida a reserva especial de ágio no patrimônio líquido e os ativos incorporados e passivos assumidos totalizaram R\$429 e R\$416, respectivamente. Essa transação não afetou seu caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 21 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, a aquisição da parcela de 25% sobre o capital total da Netpoints pela Companhia. Conforme determinações impostas pelo CADE, as partes envolvidas não deverão concluir a transação em até 15 dias contados a partir da data da aprovação, período este que servirá para eventuais manifestações contrárias à decisão. Tal período encerra-se em 05 de fevereiro de 2014. b) Em 04 de fevereiro de 2014, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos complementares com base no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à razão de R\$0,10 por ação ordinária, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor. O montante total distribuído corresponde a R\$12.247 e serão pagos até o dia 25 de maio de 2014. A proposta para distribuição do montante adicional de R\$148.102 também será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ocorrer em 30 de abril de 2014. c) Em 04 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.150.000 (um milhão, cento e cinquenta mil) novas Opções de Compra de Ações ("Opções") ao preço de R\$31,28 reais por opção, nos termos do Plano de Opções já referido, aos administradores e participantes que se enquadram nos termos do referido plano.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Constantino de Oliveira Júnior
Presidente do Conselho de Administração
Marcos Grodzky
Conselheiro

Henrique Constantino
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Constantino
Conselheiro

Joaquim Constantino Neto
Conselheiro

Boanerges Ramos Freire
Conselheiro

Martin Emiliano Escobari Lifchitz
Conselheiro

DIRETORIA

Leonel Dias de Andrade Neto
Diretor Presidente/Superintendente

Flavio Jardim Vargas
Diretor de Relações com Investidores

Mônica Gomide Mendes
CRC 1SP251629/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Smiles S.A. - Barueri - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da Smiles S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança

razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data,

de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com a legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
André Ricardo Aguiilar Paulon
Contador - CRC nº 1 SP 222749/O-5

